

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 529.720 - SP (2019/0255242-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **WAGNER CARVALHO DE LACERDA E OUTROS**
ADVOGADOS : **MAURÍCIO FARIA DA SILVA - SP104000**
 WAGNER CARVALHO DE LACERDA - SP250313
 GUILHERME SAMPAIO - SP335946
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **JOHN KENEDY DE OLIVEIRA SILVA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EMENTA

HABEAS CORPUS CONTRA O INDEFERIMENTO DE MEDIDA LIMINAR EM PRÉVIO *WRIT*. FUNDAMENTOS DA PRISÃO TEMPORÁRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. CONCESSÃO DA MEDIDA DE URGÊNCIA NO STJ. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO DA IMPETRAÇÃO PELO TRIBUNAL LOCAL. ORDEM EXPEDIDA NA ORIGEM. ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO PELO JUÍZO A *QUO*. PERDA DO OBJETO.

Writ prejudicado, não surtindo mais efeito a decisão liminar.

DECISÃO

Este *habeas corpus*, impetrado em nome de **John Kenedy de Oliveira Silva**, perdeu seu objeto.

É que sobreveio o julgamento do mérito do HC n. 2187384-14.2019.8.26.0000 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Na sessão de ontem, foi concedida a ordem em favor do ora paciente nos termos desta ementa:

Habeas corpus com pedido liminar. Paciente investigado pela suposta prática de corrupção passiva. Em que pese a necessidade do afastamento do paciente visando a fluidez das investigações do inquérito policial instaurado para apuração do crime contra a Administração Pública, não restam demonstrados riscos concretos e efetivos de que este possa promover atos contra a investigação em curso, sendo desnecessária, portanto, a prisão temporária. Ordem concedida.

Ademais, o paciente informou que *o procedimento cautelar de prisão temporária foi arquivado definitivamente pela primeira instância* (fl. 486), tendo o Ministério Público, em razão dos fatos em questão, denunciado apenas a pessoa de Celso Gabriel Arruda (Processo n. 0046040-26.2019.8.26.0050 da 27ª Vara Criminal da

Superior Tribunal de Justiça

comarca de São Paulo/SP).

Assim, a teor do disposto nos arts. 659 do Código de Processo Penal e 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*. Obviamente, não tem mais nenhum efeito a decisão liminar.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

